

9

IMPLANTAÇÃO DE RESENHA ANALÍTICA SEMANAL ELABORADA NO PERÍODO DE 20 /01 /92 A 26/01 /92 / PELA CAC/SAE.

Encaminha-se, para implantação em Banco de Dados, a Resenha Analítica Semanal do Campo Interno, elaborada no período de 20/01 /92 a 26/ 01/ 92 pela CAC/SAE.

* & *

ANEXO: 01 Resenha Analítica Semanal do Campo Interno.

DESTINO DV-4

W/ST4/ 00005 /GER1/CAC/ 270192

RESENHA ANALÍTICA SEMANAL

=====

(PERÍODO DE 20/01/92 A 26/01/92)

Í N D I C E

1. POLÍTICO

- "Repercussão das ações do Governo"..... Fls. 02/06
- "O PT e os direitos humanos" Fls. 03/06

2. SOCIAL

- "O movimento sindical e a substituição de
ANTÔNIO ROGÉRIO MAGRI"..... Fls. 04/06
- "A Igreja Universal do Reino de Deus como
grupo de interesse em expansão" Fls. 05/06

RESENHA ANALÍTICA SEMANAL

(PERÍODO DE 20/01/92 A 26/01/92)

1. POLÍTICO

"Repercussão das ações do Governo"

O período foi marcado por uma intensa movimentação política, tendo em vista as decisões do Governo em relação ao pagamento dos 147% aos aposentados, bem como a substituição de Ministros de Estado e a criação de novas funções no 1º escalão do Executivo.

A substituição dos Ministros da Ação Social e do Trabalho e Previdência Social, por Deputados do PFL, ensejou a expectativa de que o Governo estaria buscando uma solução política para o problema da Previdência e, de igual modo, a ampliação e manutenção de sua base de sustentação no Parlamento.

A edição do Decreto adiando o pagamento do reajuste de 147% aos aposentados, para 1993, exacerbou as críticas ao Governo firmando a decisão das lideranças dos partidos em derrocar o Projeto do Executivo.

Corroboraram para esta intenção a ação de inconstitucionalidade ao referido Decreto; a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em desconhecer a ação; e a apresentação de um relatório preliminar do Tribunal de Contas da União (TCU), estimando, para 92, um superávit na Previdência Social, que estimulou a convicção dos parlamentares sobre a fragilidade e desorganização dos dados Governamentais.

O Projeto do Governo foi rejeitado na Câmara dos Deputados, em 23 Jan, sendo criada na Casa uma Comissão Especial, composta por 17 deputados, a serem designados pelas lideranças dos Partidos, para, em 45 dias, estudar e apresentar propostas de reformulação da Previdência Social.

Utrapassada esta fase, as atenções voltaram-se para o prosseguimento da reformulação ministerial, com amplas expectativas para o tipo de ação política que será desenvolvida pelo novo Ministro, o ex-Sen JORGE BORNHAUSEN, bem como do nome a ser indicado para ocupar o Ministério da Saúde.

Por outro lado, diversos parlamentares, notadamente do PMDB, manifestaram preocupação e desagrado por estar o PFL sendo prestigiado, uma vez que acreditam ser esta uma manobra do Governo para influir no pleito municipal deste ano. Entendem que os Ministérios da Ação Social e do Trabalho e Previdência Social possuem um poder político muito grande, pelos recursos que movimentam.

Aqueles parlamentares temem, ainda, que o Executivo possa estender a abertura política a outros partidos que eventualmente possam vir a apoiar suas propostas e, com isso, assegurar a maioria necessária para enfraquecer a posição do PMDB no Parlamento.

Afirmam, também, que a ação política da Secretaria de Desenvolvimento Regional, outro órgão que movimenta elevado volume de recursos, pode ser prejudicial à oposição no próximo pleito, notadamente no Nordeste e SÃO PAULO. Por essa razão, o PMDB pretende intensificar, contra a referida Secretaria e os Ministérios citados, uma ação de fiscalização, com o intuito de levantar possíveis irregularidades, indispondo seus dirigentes com a opinião pública.

O saldo da ação política do Governo, preliminarmente, demonstrou ser positivo na tentativa de aproximação com o Legislativo. Todavia, a oposição já busca "razões" para acirrar o descrédito da sociedade em relação ao Executivo, especialmente em função da disputa eleitoral que se aproxima, procurando explorar o que denominam de "exumação de experiências anteriores - loteamento de cargos e alianças de oportunidades".

"O PT e os direitos humanos"

Os recentes pronunciamentos das principais lideranças petistas - LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Senador EDUARDO SUPLICY e Dep Fed JOSÉ GENUÍNO - condenando a atitude de FIDEL CASTRO, que mandou fuzilar EDUARDO DIAZ BETANCOURT, por traição, revelaram a preocupação com os danos que o fato pode causar à imagem social-democrata que a ala menos radical do Partido dos Trabalhadores (PT) vem procurando passar à sociedade.

O grupo majoritário que controla o Partido, apesar de ter abdicado da violência como estratégia para a tomada do poder, continuou vendo em CUBA o exemplo a ser seguido pelo BRASIL, na busca de uma "sociedade mais justa". Nem mesmo os recentes fatos ocorridos no Leste Europeu foram capazes de minimizar a atração que o regime cubano exerce sobre os petistas, que continuam a demonstrar apoio ao regime de HAVANA.

A execução de EDUARDO DIAZ BETANCOURT faz o discurso do PT, em favor dos direitos humanos, soar incoerente e poderá ser explorado, contra o Partido, em razão da existência de militantes petistas que, tendo participado da guerrilha e de atos terroristas, embora não tenham aplaudido publicamente a decisão de FIDEL, mantiveram uma posição de silêncio, que pode ser interpretada como aprovação.

2. SOCIAL

"O movimento sindical e a substituição de ANTÔNIO ROGÉRIO MAGRI"

No meio sindical, a substituição de ANTÔNIO ROGÉRIO MAGRI, no Ministério do Trabalho e Previdência Social - a primeira chance de um operário no primeiro escalão de uma equipe de Governo -, foi recebida com naturalidade. A gestão de MAGRI à frente do Ministério recebeu, no início, a simpatia do segmento classista até então sob a sua influência, mais precisamente a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Entretanto, suas atitudes um tanto folclóricas, a incapacidade e o despreparo demonstrados pelo ex-Ministro o afastaram paulatinamente de sua base sindical. Sua queda esfriou, pelo menos de imediato, uma aspiração comum das mais importantes lideranças sindicalistas: a presença de um trabalhador nas decisões políticas de alto nível. É evidente que a experiência sindical acumulada não é condições suficiente para o êxito no gerenciamento público. Apesar disso, não se pode considerar, de modo definitivo, que a opinião pública, e em particular os trabalhadores, conciuam que um operário é inapto para integrar o Governo, a partir do exemplo de MAGRI.

Entre os sindicalistas, há um quase consenso de que a escolha de MAGRI para ocupar um Ministério foi apenas uma estratégia política conveniente ao poder constituído e prejudicial aos trabalhadores, resumindo-se primordialmente em tentativa de criar uma imagem aproximada do popular. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e mesmo antigos companheiros viam em MAGRI uma "marionete oportunista, conivente com a política recessiva implementada pelo Governo".

Assim, no Movimento Sindical (MS), a substituição de MAGRI não teve grande significado, sendo encarada com naturalidade vez que era esperada há algum tempo. Em razão do isolamento do ex-Ministro, é pouco provável que ele encontre receptividade ou alguma base de apoio expressiva, caso pretenda retornar à ação classista. A própria CGT, de onde ele saiu para o Ministério, se afastou de sua influência. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO, atual dirigente da entidade, afirma que "MAGRI sempre esteve a reboque do Governo". Em SÃO PAULO, onde

MAGRI tinha liderança entre os eletricitários - nas últimas eleições sindicais foi fator decisivo, inclusive com o auxílio do voto dos aposentados, para vencer a CUT -, as condições para um regresso também são igualmente desfavoráveis. Para LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS NETO, da Força Sindical, "a saída de MAGRI propicia a retomada de um clima de tranquilidade entre aposentados e trabalhadores em atividade". Por sua vez, VICENTINHO e JAIR MENEGUELLI, ambos da CUT, acham que o ex-Ministro "foi manipulado por COLLOR, que assim pretendia mostrar à Nação que os trabalhadores são incapazes de ocupar um Ministério".

As reações e pronunciamentos das lideranças sindicais, sobre o desempenho do ex-Ministro, parecem antever um mote que poderá ser explorado nas próximas eleições, prejudicando a performance política do PT.

"A Igreja Universal do Reino de Deus como grupo de interesse em expansão"

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada e dirigida pelo pastor EDIR MACEDO, insere-se nas denominadas seitas pentecostais que vêm sendo difundidas em vários segmentos da sociedade brasileira, particularmente os de baixa renda.

A despeito da não comprovação da legalidade da origem do seu patrimônio e de seu envolvimento em vários processos judiciais, EDIR MACEDO conseguiu expandir a sua organização ao ponto de ser considerada a "religião" que mais cresce no país, reunindo cerca de um milhão e seiscentos mil fiéis, de acordo com dados da própria IURD.

Em 23 Jan, foi divulgado na imprensa que a promotora da 18ª Vara Criminal do Rio de Janeiro denunciou EDIR MACEDO por estelionato, charlatanismo e curandeísmo, juntamente com o pastor ISAC FRANCISCO DA CRUZ. A promotoria considera que EDIR MACEDO obtém vantagem financeira por meios ilícitos sob pretexto religioso. Tal fato ratifica a proibição vigente de se ausentar do país infligida a EDIR MACEDO, em função do seu arrolamento em processos judiciais.

Não obstante, os seus advogados ingressaram na justiça com dois pedidos simultâneos (TRF e 4ª Vara Criminal) de reconsideração do ato que proíbe o afastamento de EDIR do País. Tal atitude foi interpretada, pelos titulares daquela instância, como uma tentativa de fraude processual.

Em que pese as irregularidades denunciadas e propaladas pela imprensa, a IURD tem se expandido ante a adesão cada vez maior de fiéis.

Tal fenômeno suscita apreensão, uma vez que a referida seita vem submetendo parcela significativa da população a processos inescrupulosos que só beneficiam os seus dirigentes. Além disso, em sua denúncia, a promotoria da 18ª Vara Criminal do Rio alerta que as atividades da IURD nada têm a ver com a liberdade de crença religiosa garantida constitucionalmente.

Aditivamente, poder-se-ia analisar a conveniência de reavaliação da concessão de um canal de televisão (TV Record/SP) ao referido cidadão e o desencadeamento de uma devassa fiscal, objetivando conter os excessos da IURD e o poder de influência do seu principal líder.

* * *

F

I

M